

**FICA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ N° 07.820.907/0001-46
NIRE N° 35300611861**



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025**

FICA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
COMPANHIA ABERTA

CNPJ Nº 07.820.907/0001-46

NIRE Nº 35300611861

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025**

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração da Fica Empreendimentos Imobiliários S/A (“Companhia” ou “Fica”) referente às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia (“Assembleia” ou “AGO”), a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 10:00h, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81”), por meio da plataforma digital Microsoft Teams (Videoconferência) (“Plataforma Digital”), nos termos do Edital de Convocação publicado nesta data.

Destacamos que o presente documento poderá ser atualizado caso haja qualquer complementação ou modificação nas informações aqui contidas. As atualizações serão sempre devidamente divulgadas por meio de Comunicado ao Mercado a ser disponibilizado no site da CVM via sistema Empresas.Net.

A Ordem do Dia da Assembleia Geral será a seguinte:

I - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024.

A Administração da Companhia propõe aos seus acionistas que, após a devida análise, aprovem, sem ressalvas, as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme divulgados em 1º de abril de 2024 nos *websites* da CVM e da B3 S.A. – Brasil Bolsa e Balcão (“B3”), através do sistema Empresas.Net, e publicados, também em 02 de abril de 2024, no jornal Diário Comercial (“Demonstrações Financeiras”).

Nos termos do inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), as contas dos administradores, o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2025.

As Demonstrações Financeiras e suas notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas de acordo com a Lei das S.A., com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela CVM e pelas demais normas da CVM, e devidamente auditadas pela Mazars Auditores Independentes, auditoria independente registrada na CVM, que emitiu relatório sem ressalvas.

O relatório da administração da Companhia a respeito dos negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 2024 está disponível no Sistema Empresas.NET da CVM, categoria “Dados Econômico-Financeiros”, juntamente com as Demonstrações Financeiras e parecer dos auditores independentes.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência conforme a RCVM 81, encontram-se disponíveis no Relatório da Administração anexado às Demonstrações Financeiras auditadas do exercício findo de 2024.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não estão sendo apresentadas as informações referentes à destinação do resultado do exercício, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 setembro de 2011, no âmbito do Processo CVM nº RJ2010-14687.

Sendo assim, a Administração propõe aos acionistas que o resultado negativo registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 seja destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia, não havendo, conseqüentemente, distribuição de dividendos aos acionistas.

2. Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração

Considerando que o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, a Administração propõe a definição do número de membros do Conselho de Administração em 4 (quatro) membros efetivos.

Caso os acionistas minoritários exerçam seu direito de eleger representante em votação em separado, nos termos do art. 141, § 4º, da Lei das S.A., o número de conselheiros do Conselho de Administração poderá aumentar em até 1 (um) membro.

3. Deliberar sobre a eleição e/ou recondução dos membros que comporão o Conselho de Administração, com mandato até a AGO que examinar e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2026.

Para as 4 (quatro) vagas propostas, a Administração propõe a reeleição dos seguintes membros atuais do Conselho de Administração para composição da chapa única, os quais, se eleitos, cumprirão mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, conforme a seguir identificados:

- A. Alexandre Pereira Coelho;
- B. Roberto de Souza;
- C. Rogério Furtado Moreira; e

As informações relativas aos candidatos indicados encontram-se detalhadas no Anexo II à presente proposta, nos termos do art. 11 da RCVM 81. A Administração entende que o perfil dos candidatos atende aos requisitos previstos no Estatuto Social e políticas internas da Companhia.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração poderá ser realizada por votação majoritária ou mediante processo de voto múltiplo e, ainda, nos termos da referida lei, os acionistas não controladores poderão eleger membros para o Conselho de Administração por meio do mecanismo de eleição em separado, conforme previstos no artigo 141, §4º da Lei das S.A. Dessa forma, os processos de votação possíveis são detalhados a seguir.

- ***Votação majoritária***

Como regra, a eleição do Conselho de Administração é realizada por votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular e, para que seja considerado eleito, é preciso a maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, na forma do artigo 129 da Lei das S.A.

- . A eleição dos membros do Conselho de Administração poderá ser votada individualmente, considerando-se cada um dos candidatos isoladamente, ou por chapas de candidatos. Na AGO, a eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada por chapa, conforme indicado acima.

Nos termos do artigo 141 da Lei das S.A., o acionista ou o conjunto de acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, pode requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração.

Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantas sejam as vagas a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

A requisição do voto múltiplo deve ser feita por notificação escrita, entregue à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO, conforme previsto na Lei das S.A. Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo pelo acionista ou conjunto de acionistas representando o percentual de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, conforme solicitado pelos acionistas da Companhia.

Ressalta-se que, caso haja o pedido de adoção do processo de voto múltiplo, a principal variável do procedimento consiste na presença dos acionistas na AGO. Assim, embora a Administração proponha a eleição de 4 (quatro) membros efetivos para composição do Conselho de Administração, dependendo da presença dos acionistas e do número de candidatos indicados, a Assembleia poderá fixar número maior de conselheiros de administração efetivos.

- ***Votação em Separado***

Caso os acionistas minoritários exerçam seu direito de eleger representante em separado, conforme previsto no artigo 141, §4º da Lei das S.A., o número de conselheiros do Conselho de Administração poderá aumentar em até 1 (um) membro.

4. Deliberar sobre a remuneração global dos administradores para o exercício de 2025

A Administração da Companhia propõe que seja aprovada, nos termos do art. 13 da CVM 81, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no montante de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a qual vigorará desde a data da AGO até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Esse valor é idêntico ao montante aprovado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 2021, de 2022, de 2023 e 2024.

Cumprido destacar que não há metodologia específica de cálculo para a remuneração fixa dos Administradores e que a metodologia de reajuste proposta pela Administração anualmente para o salário base tem sido a atualização de acordo com o percentual de variação do IPCA nos 12 (doze) meses anteriores, podendo ser revista marginalmente, à critério do Conselho de Administração da Companhia. No que tange à remuneração variável, como depende dos resultados da Companhia, do desempenho de

cada um dos membros da Diretoria e do cumprimento das metas definidas para as suas respectivas equipes, não há metodologia de cálculo ou reajuste definida, sendo certo que a Companhia procura mantê-la alinhada com os valores praticados no mercado.

Informamos, ainda, que, a remuneração global aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do ano de 2024 (R\$ 5.000.000,00) foi superior aos valores efetivamente despendidos pela Companhia.

Cumpr salientar que o valor da remuneração global aprovada em Assembleia representa um limite que não poderá ser ultrapassado e não uma estimativa. Nesse sentido, a principal variação entre o aprovado e o efetivamente utilizado é referente à remuneração variável, cujo pagamento depende essencialmente do resultado da Companhia no exercício anterior.

Cabe, ainda, destacar que, por não representar uma estimativa do gasto com a remuneração da Administração, mas sim um limite, tal valor difere da estimativa de gastos apresentada no item 8 do Formulário de Referência, além de se referirem a períodos distintos – interregno entre a AGO e a Assembleia Geral Ordinária do ano seguinte (valores da Proposta da Administração) e um exercício social (Formulário de Referência).

Por fim, lembramos que, de acordo com o artigo 16, alínea “I” do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da remuneração global individualmente entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 81/2022, as informações necessárias para a análise da proposta da remuneração dos administradores (informações constantes do item 8 do Formulário de Referência) encontram-se detalhadas no Anexo III à presente proposta.

São Paulo/SP, 31 de março de 2025.

FICA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Administração

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2. Comentários dos Diretores:

2.1. Condições financeiras e patrimoniais.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia possui capacidade de honrar todas as suas obrigações tanto de curto quanto de longo prazo conforme evidenciado no quadro de índices de liquidez abaixo.

ÍNDICE / ANO	2024	2023	2022	2021
Liquidez Geral	4,03	6,70	6,69	7,16
Liquidez Corrente	2,05	2,18	1,69	7,14
Liquidez Seca	0,27	1,79	1,2	1,74

Em relação as suas dívidas, a Companhia apresenta um grau de endividamento perante terceiros saudável. A liquidez geral, que indica se os ativos da Companhia são suficientes para suportar os passivos frente a terceiros, indica que nossos ativos suportam quase 4 (quatro) vezes nossas obrigações com terceiros.

Nossa Liquidez Corrente indica que a Companhia tem plena capacidade de arcar com seus passivos de curto prazo, considerando que o valor seus ativos de curto prazo são 2 (duas) vezes maior do que suas obrigações perante terceiros.

Por fim, nossa Liquidez Seca que indica a capacidade da Companhia arcar com seus passivos de curto prazo, excluindo-se os estoques do ativo circulante, ou seja, considera a capacidade de pagamento utilizando-se somente os ativos mais líquidos da Companhia, está em 0,27 em situação razoável no cumprimento com nossas obrigações.

Atualmente, o passivo da Companhia representa o equivalente a 21% do capital atribuído aos sócios. Conforme citado anteriormente, a Companhia não possui dívida corporativa, motivo pelo qual não estamos apresentando os quadros de endividamento.

Ao final do exercício de 2024, o patrimônio líquido consolidado da Companhia totalizava R\$ 105 milhões, correspondendo a um aumento de 12% (doze por cento) quando comparado aos R\$ 94 milhões do exercício de 2023. Esse aumento durante o período analisado, ocorreu principalmente por conta do lançamento do empreendimento Livre do Alto da Boa Vista pela SPE 42 com início das vendas das

unidades e redução do estoque pela venda das unidades do empreendimento Link na Barra da Tijuca/Rio de Janeiro, bem como nas reduções constantes dos gastos corporativos.

Em 31 de dezembro de 2024, o Ativo consolidado apresentava uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 830 mil sem nenhum valor caucionado.

O estoque de unidades a valor contábil é de R\$ 18,1 milhões, majoritariamente composto por unidades do novo empreendimento Livre do Alto da Boa Vista/SP e Link na Barra da Tijuca/RJ.

No terceiro trimestre de 2024 realizamos o lançamento do novo empreendimento da companhia com a abertura das vendas e foram intensificados os esforços para venda das unidades do Rio de Janeiro dando-lhes liquidez com redução do valor de tabela, aumentando a velocidade as vendas, gerando caixa para a Companhia e reduzindo despesas dos ativos em estoque. Assim, conseguimos diminuir lentamente o custo de capital da Companhia.

Ressaltamos que continuamos empenhando esforços para atingirmos a meta da demanda mínima do novo empreendimento para início das obras e repasse do financiamento da Caixa Econômica.

A Companhia também estuda novas estratégias para seu *land bank* e a celebração de novos acordos que venham a trazer benefícios econômicos, aliados à redução da carteira de processos judiciais e encerramento de SPE's cujos propósitos já tenham sido cumpridos.

Entendemos que o fluxo de caixa será gerado de forma positiva e suficiente para a consecução das atividades da Companhia, em consonância com os novos objetivos traçados pela Diretoria e Conselho de Administração.

b. comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Entendemos que a nossa atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis confortáveis, apesar de não necessariamente eficientes.

A tabela abaixo apresenta a evolução de nossa estrutura de capital nos períodos indicados:

	2024	2023	2022	2021
Debêntures	-	-	-	-
Empréstimos de Capital de Giro	-	-	-	-
Empréstimos SFH	-	-	-	-
Caixa	830	2.826	8.288	14.260
Dívida Líquida (ex-SFH)	-	-	-	-
Dívida Líquida (incluindo SFH)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	79.440	80.076	92.735	100.242
Dívida Líquida (ex-SFH) / PL	-	-	-	-
Dívida Líquida (incluindo SFH) / PL	-	-	-	-

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão além das legalmente previstas.

c. comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício social de 2024, fechamos com caixa líquido total de R\$ 830 mil, em um nível satisfatório, com um Patrimônio Consolidado no total de R\$ 79 milhões.

No exercício social de 2023, fechamos com caixa líquido total de R\$ 2,8 milhões, em um nível confortável, com um Patrimônio Consolidado no total de R\$ 80 milhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia

Buscamos constantemente adequar a nossa estrutura de capital a um nível de endividamento compatível com nosso patrimônio. Na modalidade de empréstimos SFH, voltados para o financiamento da construção, a dívida se mantém zerada desde 2015, como também as linhas de Debêntures, desde 2016.

Com a retomada dos projetos em 2024, estaremos contratando linhas de financiamentos a produção e linhas corporativas para sustentar o nosso crescimento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pode utilizar-se de financiamentos disponíveis junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e outras linhas de empréstimo com instituições financeiras, fundos ou outros agentes financeiros para captação de recursos para investimento em ativos não-circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Não se aplica. A Dívida Corporativa da Companhia se encontra zerada desde o fim de 2015.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica. A Companhia não possui qualquer tipo de financiamento contratado

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de incorporações e venda de imóveis	2.507	2.583
Custo de incorporação e venda de imóveis	(880)	(1.939)
LUCRO BRUTO	1.627	644
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Despesas gerais e administrativas	(7.555)	(7.792)
Outras receitas/(despesas) operacionais	5.574	(6.310)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	(354)	(13.458)
Receita financeira	848	1.063
Despesa financeira	(927)	(416)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(79)	647
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(433)	(12.811)
Corrente	(213)	(44)
Diferido	7	10
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(639)	(12.845)
PREJUÍZO NO PERÍODO ATRIBUÍVEL A		
Acionistas controladores	(636)	(12.659)
Acionistas não controladores	(3)	(186)
	(639)	(12.845)
Prejuízo básico por ação (em reais)		
Prejuízo diluído por ação (em reais)		

Receita líquida de vendas

A Receita Líquida atingiu R\$ 2,5 MM em 2024 mantendo o mesmo patamar de receita de R\$ 2,5 MM em 2023.

Lucro Bruto

Ao final de 2024, a Companhia apresentou um Lucro Bruto de R\$ 1.627 mil, contra R\$ 644 mil de lucro no exercício de 2023.

Despesas Gerais e Administrativas

Nossas Despesas Gerais e Administrativas no exercício de 2024 totalizaram R\$ 7,5 milhões contra R\$ 7,8 milhões no exercício de 2023, apresentando mais uma vez, redução de 3% em relação ao ano anterior, diante da redução já realizada de 28% entre 2023 e 2022. A Cia vem trabalhando na sua reestruturação com redução das despesas afim de não ter dispêndios desnecessários para manutenção do fluxo de caixa saudável.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas no exercício de 2024 totalizaram R\$ 880 mil, decorrente de vendas de unidades comerciais dos empreendimentos Link Office e Livre Alto da Boa Vista.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

No exercício de 2024, houve um resultado positivo entre as receitas e despesas operacionais no valor de R\$ 5.574 milhões, contra R\$ 6.310 milhões negativos no exercício de 2023.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2024 foi negativo em R\$ 79 mil, contra R\$ 647 mil positivo no ano anterior.

Lucro líquido

O resultado líquido foi negativo em R\$ 639 mil, e apesar de apresentarmos prejuízo acumulado em 2024, verifica-se que no último trimestre a companhia já apresenta uma retomada de lucro operacional o possibilitou apurar um prejuízo menor em relação a 2023 de R\$ 12,85 milhões. Esta redução dá-se pelo fato do incremento das vendas em estoque do empreendimento Link na Barra da Tijuca, o início das vendas do empreendimento Alto da Boa Vista em São Paulo, entrada de recursos de R\$ 3,1 milhões advindo de ganho em processo judicial dos terrenos de nova Iguaçu, e ainda pela valorização desses terrenos.

Ativo Consolidado

<u>ATIVO</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	830	2.826
Clientes por incorporação e venda de imóveis	1.296	1.200
Contas a receber de terceiros	4	4
Mútuos a receber – partes relacionadas	-	194
Valores a receber – partes relacionadas	-	-
Redução de capital a receber – partes relacionadas	-	-
Imóveis a comercializar	18.159	1.100
Adiantamentos	-	-
Impostos e contribuições a compensar	160	329
Outros ativos	534	432
	<u>20.983</u>	<u>6.085</u>
NÃO CIRCULANTE		
Clientes por incorporação e venda de imóveis	1.851	2.168
Dividendos a receber	-	-
Imóveis a comercializar	80.493	80.500
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-
Depósitos Judiciais	452	4.335
Outros ativos	629	-
	<u>83.425</u>	<u>87.003</u>
Investimentos em controladas e coligadas	-	-
Imobilizado	771	727
Intangível	135	129
	<u>906</u>	<u>856</u>
Ativo não Circulante	<u>84.331</u>	<u>87.859</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>105.314</u>	<u>93.944</u>

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

Finalizamos o ano com R\$ 830 mil em caixa, R\$ 1,9 milhões a menos que no ano passado, mas ainda em situação adequada ao fluxo de caixa projetado..

Clientes por Incorporação e Venda de Imóveis

No exercício de 2024, o saldo de clientes por incorporação e venda de imóveis, R\$ 3,1 milhões, sofreu uma redução de 7% em relação ao saldo de R\$ 3,3 milhões no exercício de 2023, em função de venda de unidades concluídas dos empreendimentos Link.

Contas a receber de Terceiros

O saldo de contas a receber de terceiros em 2024 mantém-se no mesmo patamar de 2023 no valor de R\$ 4 mil sem recebimento de qualquer valor de confissão de dívida para redução do saldo.

Imóveis a comercializar

O estoque (imóveis a comercializar) da Companhia finalizou o ano em aproximadamente R\$ 18 milhões, composto por uma unidade do empreendimento Link, na Barra da Tijuca e unidades do Livre Alto da Boa Vista em Santo Amaro/SP. Várias ações foram realizadas durante o ano de 2024 a fim de liquidar as unidades remanescentes do empreendimento Link que deram frutos gerando fluxo de caixa para a companhia, bem como reduzindo despesas dos ativos em estoque.

Passivo Consolidado

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Cessão de créditos imobiliários	264	626
Empréstimos e Financiamentos	4.667	-
Provisões tributárias	271	162
Impostos com recolhimentos diferidos	-	268
Contas a pagar - terceiros	4.497	1.311
Valores a pagar – partes relacionadas	-	24
Passivos de Arrendamento	158	168
Obrigações por aquisição de imóveis	4	-
Outros passivos	361	231
	<u>10.223</u>	<u>2.790</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	6.223	-
Passivos contingentes	3.177	7.088
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.021	1.016
Contas a pagar - terceiros	4.071	2.800
Adiantamento de clientes	1.091	-
Passivos de Arrendamento	27	190
Outros passivos	60	-
	<u>15.670</u>	<u>11.094</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	122.649	122.649
Outros resultados abrangentes	27	27
Prejuízos acumulados	(43.236)	(42.600)
Patrimônio líquido atribuído à controladora	<u>79.440</u>	<u>80.076</u>
	<u>(19)</u>	<u>(16)</u>
	<u>79.421</u>	<u>80.060</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>105.314</u>	<u>93.944</u>

Contas a pagar - terceiros

Ao final do exercício de 2024, o saldo de Contas a pagar a terceiros totalizava R\$ 8,5 milhões, com um aumento de 107% em relação ao saldo do exercício de 2023, R\$ 4,1 milhões. Esse aumento se deu pela aquisição do terreno da SPE 42 para o lançamento do empreendimento Livre Alto da Boa Vista.

Adiantamentos para futuro aumento de capital

O valor se manteve no mesmo patamar oriunda da dívida junto aos antigos sócios da CR2 Empreendimentos SPE - 34 Ltda. e CR2 Empreendimentos SPE - 35 Ltda, carregadas após a compra das cotas dessas empresas, e aportes no decorrer do ano de 2022, para despesas operacionais no desenvolvimento de projetos.

Patrimônio Líquido Consolidado

Ao fim do exercício de 2024, o patrimônio líquido sofreu uma redução de 1% em relação a 2023, passando de R\$ 80 milhões em 2023 para R\$ 79 milhões em 2024.

Fluxo de Caixa

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(639)	(12.845)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (inclusive stands)	355	267
Provisão / reversão para perda esperada para risco de crédito	1	(1.265)
Impostos diferidos	7	10
Receita financeira sobre empréstimos partes relacionadas	(5)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	400	(343)
Perdas por desvalorização de ativos (impairment)	(3.265)	(4.200)
Provisões para contingências	(3.911)	(1.827)
Ajuste a valor presente	-	(17)
(Canhos) / perdas na alienação de investimentos	-	(598)
Encargos financeiros arrendamentos	(8)	-
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:		
Clientes por incorporação e venda de imóveis	197	4.415
Contas a receber de terceiros	-	83
Imóveis a comercializar	(13.787)	8.521
Adiantamentos	-	7
Depósitos Judiciais	3.883	1.978
Impostos e contribuições a compensar	169	31
Outros ativos	(731)	155
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar –terceiros		
Contas a pagar –terceiros	4.461	(1.071)
Provisões tributárias	(166)	(551)
Adiantamentos de clientes	1.091	-
Outros	195	234
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(44)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(11.752)	(7.060)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos de controladas		
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas (Aquisição) / baixa de investimentos em controladas e coligadas	5	-
(Aquisição) / baixa de imobilizado e Intangível	(405)	(138)
Redução de capital	-	(28)
Mútuos a Receber de Partes Relacionadas	194	(194)
Caixa líquido gerado / (consumido) pelas atividades de investimento	(206)	238
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos	10.489	618
Cessão de créditos imobiliários	(362)	511
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamentos	(165)	(141)
Ingresso de empréstimos		348
Mútuos a Pagar Partes Relacionadas		24
Caixa líquido gerado / (utilizado) nas atividades de financiamento	9.962	1.360
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.996)	(5.462)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.826	8.288
Caixa e equivalentes no final do exercício	830	2.826
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.996)	(5.462)

Atividades Operacionais

O caixa líquido proveniente das operações no exercício de 2024 totalizou R\$ (11.752) em comparação a R\$ (7.060) mil em 2023. O resultado negativo apresentado ao final do exercício de 2024 foi reduzido em 4,6 mil, decorrente do lançamento do novo empreendimento Livre Alto da Boa Vista.

Atividades de Investimento

O Caixa líquido gerado nas atividades de investimento foi de R\$ 206 mil no exercício de 2024, frente a uma geração negativa de R\$ (238) mil no período findo em 2023.

Atividades de Financiamento

No exercício de 2024, o maior impacto na geração de caixa registrada foi a negociação de captação de créditos para compra do terreno para lançamento do empreendimento imobiliário da SPE42 Livre Alto da Boa Vista.

Liquidez e Recursos de Capital

Conforme divulgado nos últimos anos pela Companhia, desde 2015 a administração anterior adotou a estratégia de não efetuar mais lançamentos em face da grave crise econômica que o país atravessava, focando em monetizar seus ativos, após ter finalizado todas as obras de seus empreendimentos.

A partir de 2021, com uma nova administração, a Companhia voltou a se estruturar, o plano foi revisto e a houve uma mudança na sua estratégia, mudando o foco na operação e na rentabilidade.

Em 2024 deu-se a retomada das operações pela empresa com o início das operações com as negociações e lançamento do empreendimento em setembro de 2024 Livre Alto da Boa Vista.

Capacidade de Pagamento

Administramos diligentemente a relação entre nossos ativos e passivos, e estamos em dia quanto aos prazos e taxas. Adicionalmente, fechamos o caixa em R\$ 830 mil, em linha com o nosso planejamento, com vistas ao lançamento e com objetivo de atender a demanda mínima de vendas para início das obras e repasse do financiamento da CEF.

Fontes e Uso de Recursos

A antiga administração da Companhia tinha como foco a monetização dos ativos, não tendo assim, nenhuma informação relevante a divulgar acerca das fontes e usos de recursos, uma vez que desde 2015 paralisou seus lançamentos.

Com a nova administração e um novo planejamento estratégico, a Companhia buscará recursos no mercado através de instrumentos financeiros, por projeto ou corporativo.

2.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

a. resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, nossas receitas decorreram principalmente das atividades de incorporação imobiliária e compra e venda de imóveis e terrenos, o que inclui investimentos em empreendimentos imobiliários, residenciais e comerciais, principalmente por meio de SPE's, cujos resultados reconheceremos na proporção de nossas respectivas participações. Nosso resultado operacional proveniente das atividades de incorporação imobiliária e venda de imóveis é diretamente afetado pela performance dos projetos nos quais investimos.

Em 2024 retomamos as atividades operacionais com o lançamento de um novo empreendimento pela SPE 42 em setembro de 2024 e com negociação com outros terrenistas para futuros lançamentos.

Na atividade de incorporação imobiliária, a venda de nossas unidades pode ser realizada antes ou após a conclusão de sua construção. Quando uma venda ocorre após a conclusão da construção de um empreendimento, reconhecemos a receita quando o contrato de compromisso de compra e venda é assinado. Por outro lado, quando ocorre antes da conclusão da construção de um empreendimento, reconheceremos a receita ao longo do tempo necessário para a conclusão da construção, usando o critério de custos incorridos em relação ao custo total orçado (POC).

(ii) fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais

O cenário macroeconômico brasileiro tem se mostrado extremamente desafiador nos últimos anos. Apesar da reversão do cenário recessivo de anos anteriores, o baixo crescimento da economia, nos últimos anos, afeta diretamente o setor imobiliário, justificando a estratégia adotada até 2020 da Administração de não lançar novos empreendimentos e se concentrar na monetização dos seus ativos.

Esta decisão impacta diretamente o nosso resultado apresentando prejuízo contábil ano a ano, sem gerar impactos negativos no caixa.

Com as recentes alterações ocorridas no quadro societário e na administração da Companhia, a expectativa, com o novo planejamento estratégico aprovado, é melhorar a rentabilidade e a geração de valor com o desenvolvimento de novos projetos, o que culminou nas negociações a partir de 2023 na

aquisição do terreno para o lançamento do empreendimento na zona sul de São Paulo em 2024 e ainda com o andamento de novas negociações com terrenistas para novos lançamentos ainda em 2024.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossa receita no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foi impactada positivamente basicamente pelas vendas das unidades em estoque do empreendimento Link na Barra da Tijuca e pelo início das vendas do lançamento do empreendimento Livre Alto da Boa Vista em São Paulo..

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Somos expostos aos seguintes índices: (i) INCC-DI, pelo fato de nossa carteira de recebíveis estar atrelada a este índice durante a fase de construção, (ii) IGP-M, por nossa carteira de recebíveis estar atrelada a este índice no pós-chaves, e (iii) CDI, pois parcela substancial das aplicações financeiras da Companhia está atrelada ao CDI.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia e suas controladas avaliaram e adotaram as normas abaixo para o atual exercício, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IAS 1 / CPC 26 (R1)

Trata da apresentação das demonstrações financeiras e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses.

Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024

IAS 7 / CPC 26 e IFRS 7 / CPC 40

Incorporação de requisitos para divulgação de acordos de financiamento com fornecedores. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024.

IFRS 16 / CPC 06 (R2)

Passivo não circulante com covenants e classificação de passivos como circulante ou não circulante. a partir de 1º de janeiro de 2024

b. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas no exercício corrente:

A Companhia e suas controladas avaliaram as normas abaixo para o atual exercício, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IAS 21 / CPC 02

Ausência de conversibilidade, efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor Ressalvas:

Não houve ressalvas presentes no parecer do auditor nos exercícios sociais de 2021, 2022, 2023 e 2024.

Ênfases presentes no parecer do auditor:

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na Nota Explicativa 2.4.12, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP no 02/2018, sobre a aplicação do CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Os principais assuntos abordados pela auditoria foram:

Análise do valor realizável líquido do saldo de imóveis a comercializar

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, os imóveis a comercializar (terrenos e imóveis construídos) são demonstrados pelo seu custo de aquisição ou construção, que não excede seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido dos imóveis a comercializar é revisado pela administração periodicamente,

levando em consideração estudos de viabilidades de projetos já lançados ou planejados, cotações de mercado, proposta de partes não relacionadas para compra de terrenos, dentre outras premissas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo, além das incertezas inerentes às estimativas para a determinação do seu valor recuperável, dado o julgamento exercido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de rentabilidade e geração de caixa. Distorções na determinação do valor recuperável desse ativo poderiam resultar em impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) análise de margem dos empreendimentos e do valor realizável líquido dos imóveis a comercializar;
- (ii) para os terrenos, a verificação do valor das cotações de mercado para ativos com características similares, a fim de corroborarmos o valor realizável líquido; e
- (iii) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise do valor realizável líquido dos imóveis a comercializar, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

2.4. Comentários dos Diretores da Companhia acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia tem a flexibilidade para atuar em todos os segmentos de renda do mercado imobiliário residencial e comercial nacional. Neste sentido, possuímos uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024, houve aquisição ou alienação de participação societária e todas elas constam nas demonstrações financeiras dos respectivos períodos.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais

2.5. Medições não contábeis¹

Não há medições não contábeis a serem apresentadas para este período.

2.6. Eventos subsequentes as DFs²

Em reunião do Conselho de Administração do dia 10/02/2025, foi eleito o Sr. Alberto Vecchi Junior ao cargo de Diretor Presidente e Diretor Financeiro da Companhia compondo assim o quadro da Diretoria juntamente com o Sr. Fabio de Assis da Silva. Diretor de Relação com Investidores e Diretor de Operações.

O Conselho de Administração em reunião realizada no dia 25/02/2025 aprova e autoriza que a Diretoria tome as providências necessárias para captar recursos, por meio de dívida, do valor de R\$ 11.016.000,00 (onze milhões e dezesseis mil reais), ficando desde já autorizada a assinar contratos, lavrar escrituras, firmar compromissos e tudo mais que se fizer necessário, observadas as seguintes premissas: A remuneração da Dívida ao Credor será de 130% do CDI nos primeiros 6 meses e, após, 160% do CDI, com uma taxa de estruturação de 2% líquido sobre o valor da operação. O vencimento da Dívida será bullet, ou seja, pagos em uma única parcela, acrescidas da remuneração acordada.

Serão dados como garantia: Cessão fiduciária dos recebíveis do projeto Borges de Barros, Alienação Fiduciária das quotas da SPE e/ou alienação fiduciária dos imóveis situados na Rua Borges de Barros, 53 e 59, Sumarezinho, São Paulo-SP. Em caso de alienação fiduciária dos imóveis, por necessidade de aprovação de financiamento do projeto imobiliário e se autorizado pelo credor, a companhia poderá substituir os imóveis alienados por outros imóveis.

¹ [Referência FRE antigo: Item 3.2]

² [Referência FRE antigo: Item 3.3]

2.7. Destinação de Resultados³

Desde o exercício de 2022 a companhia não vem obtendo resultado positivo para realização de destinação dos lucros.

2.8. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviço; (iii) contratos de construção não terminada; (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

[Não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.]

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados⁴

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

Não se aplica, não há itens não evidenciados.

(b) Natureza e o propósito da operação;

Não se aplica, não há itens não evidenciados.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação;

Não se aplica, não há itens não evidenciados.

³ [Referência FRE antigo: Item 3.4 - somente será necessário apresentar informações do último exercício social, e não mais dos três últimos exercícios]

⁴ [Referência FRE antigo: Item 10.7]

2.10. Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

- i) Para esse novo ciclo de lançamentos, a Administração da Companhia buscará novos parceiros para desenvolvimento em conjunto de seus projetos e a captação, junto a instituições financeiras, de linhas de crédito para financiamento a produção ou capital de giro.
- ii) Para o desenvolvimento e entrega dos projetos, a Companhia utilizou recursos provenientes de captações junto ao mercado financeiro.
- iii) Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há planejamento de desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

[Nota: Companhia, a letra “d” não consta na versão atual do formulário, gentileza informar a respeito ou confirmar a redação de não aplicabilidade.]

2.11. Comentários dos Diretores da Companhia sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não temos conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção e deste formulário.

ANEXO II
INFORMAÇÕES RELACIONADAS À PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NOS
TERMOS DOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

7.3. Composição e experiências profissionais da administração⁵

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Candidato eletivo ocupado	Data prevista para eleição	Data prevista para posse	Prazo do Mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Indicado pelo controlador	Membro Independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Caso esteja exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos
Alexandre Pereira Coelho	22/08/1990	Administrador	121.735.367- 45	Membro do C.A.	30/04/2025	30/04/2025	AGO/2026	Não exerce.	Não, a Companhia não tem acionista controlador.	Não aplicável.	27/01/2021
Roberto de Souza	19/12/1949	Engenheiro	694.892.468- 41	Membro do C.A.	30/04/2025	30/04/2025	AGO/2026	Não exerce.	Não, a Companhia não tem acionista controlador.	Membro Independente.	29/04/2022
Rogério Furtado Moreira	29/03/1964	Engenheiro	769.987.207- 00	Membro do C.A..	30/04/2025	30/04/2025	AGO/2026	Não exerce.	Não, a Companhia não tem acionista controlador.	Não aplicável.	27/01/2021

⁵ [Referência FRE antigo: Item 12.5]

(I). principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Alexandre Pereira Coelho

Alexandre Pereira Coelho é graduado em administração pela PUC-Rio. Executivo com ampla experiência no setor imobiliário, exerce, há mais de 10 anos, função de Head de novos negócios, atuando diretamente como conselheiro, consultor e/ou diretor para family office, nos setores de: hotelaria, imobiliário, marinas náuticas, tecnologia em mineração, locação de equipamentos e geração de energia.

Roberto de Souza

Roberto é Engenheiro Civil, Mestre e Doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da USP.

Antes de comandar o CTE, foi Diretor da Divisão de Edificações do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas e presidente do Comitê Brasileiro de Construção Civil da ABNT. Especialista em qualidade, tecnologia, gestão, sustentabilidade, ESG e inovação na construção. Autor de nove livros técnicos focados nesses temas e aplicados a incorporadoras, construtoras e projetistas. Ministrou inúmeras palestras e cursos no Brasil e no exterior e escreveu vários artigos técnicos ao longo de sua carreira.

Em 2018 criou a Rede Construção Digital, Industrializada e Sustentável, com o propósito de impulsionar o movimento de transformação digital, industrialização e sustentabilidade na construção. A RCDI+S é hoje o maior ecossistema brasileiro de inovação e relacionamento no setor da construção, contando com a participação de 110 empresas líderes da cadeia produtiva: fundos de investimento, agentes financeiros, incorporadoras, construtoras, projetistas, fabricantes de materiais e equipamentos, fornecedores de tecnologia, gestores da operação e startups.

Rogério Furtado Moreira

O Sr. Moreira é graduado em Engenharia de Produção pela UFRJ, tem MBA em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais ("IBMEC") e concluiu o curso OPM (Owners/Presidents Management) na Harvard Business School (Boston) em 2017 (OPM50).

Foi consultor na Arthur Andersen Consulting e, no final de 1988, ingressou no Banco BBM como operador de renda variável e derivativos. Em 1993, assumiu a gerência geral de investimentos em renda variável e, em 1994, mudou-se para Nova York com a finalidade de estruturar a BBM Securities

(corretora do Grupo Mariani em Nova York). Tornou-se sócio do Banco BBM em 1995 e retornou ao Brasil para constituir a empresa de Asset Management do Grupo, tendo como principal função a coordenação da gestão de todos os fundos de investimento e carteiras. Tornou-se diretor adjunto em 1997 e desligou-se do grupo BBM em 31 de dezembro de 1998. Em 1999, tornou-se sócio fundador do Banco CR2, sendo o diretor executivo responsável pelo controle operacional, controladoria e administrativo. Em 2007, após o *spin off* da área imobiliária do grupo, passou a exercer os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na Companhia, coordenando o seu processo de abertura de capital na Bovespa (IPO). Em 2014, assumiu a Presidência da Companhia, cumulativamente ao cargo de Diretor de Relações com Investidores e Vice-presidente do Conselho de Administração, no qual permaneceu até julho de 2015. Desde 2016, é sócio da ARM Gestão, empresa de consultoria em gestão e recuperação de empresas.

(m). Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; e (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não ocorreu qualquer dos eventos mencionados acima envolvendo os candidatos a membros do Conselho de Administração. Ainda, informamos que nenhum dos candidatos é considerado pessoa politicamente exposta.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia não possui comitês em funcionamento.

7.5. Relações Familiares

(a) administradores da Companhia; (b) administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d)

administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não existe.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle⁶

(a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas

Não existe.

ANEXO III
INFORMAÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS
ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE
REFERÊNCIA

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

Inicialmente, ressaltamos que a Companhia não possui Conselho Fiscal, Diretoria Não Estatutária e Comitês, estatutários ou não, sendo, portanto, as informações desse item correspondentes apenas ao Conselho de Administração e Diretoria.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

⁶ [Referência FRE antigo: Item 12.10]

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos executivos, atraindo e mantendo profissionais altamente qualificados. Ademais, por meio do pagamento de gratificação baseada nos resultados da Companhia e do Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano”), a Companhia busca estimular a melhoria de sua gestão e a permanência de seus executivos nos postos ocupados, incentivando o comprometimento e a dedicação de seus profissionais de forma a reverter essa sinergia em favor da Companhia. Por fim, o Plano visa possibilitar à Companhia obter e manter executivos que desempenhem suas funções com alto nível de excelência e qualidade com a possibilidade destes profissionais ingressarem na sociedade mediante a subscrição de ações com preços mais atrativos que aqueles praticados pelo mercado, desde que respeitadas as condições e termos do Plano.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A distribuição da verba global anual entre diretores e conselheiros é feita pelo Conselho de Administração, bem como a definição dos valores de participações nos lucros dos diretores e funcionários da Companhia.

Os programas e níveis de remuneração individual da diretoria executiva são sugeridos ao Conselho de Administração pelo Diretor Presidente, com base na filosofia de remuneração vigente. Ao fazer suas recomendações o Diretor Presidente leva em consideração os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos tais como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e potencial de cada executivo. O Diretor Presidente é assessorado pela área de recursos humanos da Companhia, e pode utilizar consultorias externas especializadas para temas técnicos.

O Conselho de Administração é responsável por analisar e opinar nas recomendações do Diretor Presidente quanto aos diretores, e por aprovar a remuneração do Diretor Presidente. Em suas análises o Conselho de Administração leva em consideração os mesmos parâmetros usados pelo Diretor

Presidente para a remuneração dos diretores executivos, ou seja, os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos tais como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e histórico do executivo na Companhia.

Ao definir as políticas de remuneração dos conselheiros, o Conselho de Administração leva em consideração as boas práticas da governança corporativa, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos conselheiros.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos nossos Diretores é composta, conforme o caso, pelos seguintes elementos: (i) remuneração base mensal, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral; (ii) gratificação baseada nos resultados da Companhia, de forma que os Diretores dividam com os acionistas os resultados auferidos, incentivando-os a buscar o sucesso mútuo, e (iii) plano de opção de compra de ações, que constitui um incentivo de longo prazo oferecido aos nossos executivos, conforme venha a ser aprovado na forma do Estatuto da Companhia e da legislação aplicável. Além da remuneração, lhes é oferecido, como benefício, um plano de saúde.

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas uma remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, e não fazem *jus* a outros benefícios diretos ou indiretos, tampouco possuem participação nos resultados ou qualquer tipo de remuneração variável. Portanto, além da referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos de remuneração para os membros do Conselho de Administração.

Para os membros do Conselho de Administração, a remuneração base mensal constitui 100% da remuneração total percebida nos exercícios de 2022, 2023, 2024, ao passo que, para a Diretoria, não há proporção pré-definida de cada elemento na remuneração total.

A Companhia baseia a remuneração variável de seus diretores em relação ao cumprimento de metas semestrais, com o pagamento ao fim de cada semestre, após a avaliação. Dessa forma todo o valor da remuneração variável ao longo dos anos está atrelado ao cumprimento de metas de curto prazo.

No exercício de 2024, a remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base, benefícios e remuneração variável, correspondeu a 100% da remuneração total, conforme quadro abaixo:

% em relação à remuneração total (2024)					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100%

No exercício de 2023, a remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base, benefícios e remuneração variável, correspondeu a 97% da remuneração total, tendo a remuneração variável (bônus) correspondido a 0% e os benefícios (plano de saúde) correspondido aos 3% restantes, conforme quadro abaixo:

% em relação à remuneração total (2023)					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	3,00%	97,00%	0,00%	0,00%	100%

No exercício de 2022, remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base, benefícios e remuneração variável, correspondeu a 97% da remuneração total, tendo a remuneração variável (bônus) correspondido a 0% e os benefícios (plano de saúde) correspondido aos 3% restantes, conforme quadro abaixo:

% em relação à remuneração total (2022)					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	3,00%	97,00%	0,00%	0,00%	100%

Não há metodologia específica de cálculo para a remuneração fixa dos Diretores e Conselheiros, sendo certo que a metodologia de reajuste proposta pela Administração anualmente para a remuneração base tem sido a atualização de acordo com o percentual de variação do IPCA nos 12 (doze) meses anteriores, podendo ser revista marginalmente, à critério do Conselho de Administração da Companhia. No que tange à remuneração variável, como depende do desempenho de cada um dos membros da Diretoria e da obtenção das metas definidas para as suas respectivas equipes, não há metodologia de cálculo ou reajuste definida, sendo certo que a Companhia procura mantê-la alinhada com os valores praticados no mercado.

Para informações adicionais sobre o plano de incentivo de ações, vide item 8.4.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

O que justifica a nossa política de remuneração é o nosso foco em resultados e a intenção de reter profissionais competentes, qualificados e valiosos na administração da Companhia.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 01/08/2013, a possibilidade de Implantação de um plano de rateio de despesas entre as sociedades controladas da Companhia. Nos exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024 não houve remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos nossos administradores vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2. Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais da Companhia e a prevista para o exercício social corrente⁷

Inicialmente, destacamos que não há Conselho Fiscal instalado, motivo pelo qual deixamos de apresentar informações sobre esse tópico.

Valores previstos para o exercício de 2025

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
<i>Número total de membros</i>	4	2	6
<i>Número de membros remunerados</i>	4	2	6
<i>Remuneração fixa anual total, sendo:</i>	R\$ 480.000,00	R\$ 660.000,00	R\$ 1.140.000,00
· <i>salário ou pró-labore</i>	R\$ 480.000,00	R\$ 660.000,00	R\$ 1.140.000,00
· <i>benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>remuneração por participação em comitês</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>outros</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Remuneração variável total, sendo:</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>bônus</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>participação nos resultados</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>remuneração por participação em reuniões</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>comissões</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>outros</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Benefícios pós-emprego</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Remuneração baseada em ações, incluindo opções</i>	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 480.000,00	R\$ 660.000,00	R\$ 1.140.000,00

Valores relativos ao exercício de 2024

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
<i>Número total de membros</i>	3	1	4
<i>Número de membros remunerados</i>	3	1	4
<i>Remuneração fixa anual total, sendo:</i>	R\$ 384.000,00	R\$ 607.000,00	R\$ 991.000,00
· <i>salário ou pró-labore</i>	R\$ 384.000,00	R\$ 607.000,00	R\$ 991.000,00
· <i>benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>remuneração por participação em comitês</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>outros</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Remuneração variável total, sendo:</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>bônus</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>participação nos resultados</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>remuneração por participação em reuniões</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>comissões</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>outros</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Benefícios pós-emprego</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Remuneração baseada em ações, incluindo opções</i>	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 384.000,00	R\$ 607.000,00	R\$ 991.000,00

Valores relativos ao exercício de 2023

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
<i>Número total de membros</i>	4	2	6
<i>Número de membros remunerados</i>	4	2	6
<i>Remuneração fixa anual total, sendo:</i>	R\$ 423.639,36	R\$ 1.553.595,60	R\$ 1.977.234,96
· <i>salário ou pró-labore</i>	R\$ 423.639,36	R\$ 1.499.156,60	R\$ 1.922.795,96
· <i>benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)</i>	n/a	R\$54.439,00	R\$54.439,00
· <i>remuneração por participação em comitês</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>outros</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Remuneração variável total, sendo:</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>bônus</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>participação nos resultados</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>remuneração por participação em reuniões</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>comissões</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>outros</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Benefícios pós-emprego</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Remuneração baseada em ações, incluindo opções</i>	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 423.639,36	R\$ 1.553.595,60	R\$ 1.977.234,96

Valores relativos ao exercício de 2022

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
<i>Número total de membros</i>	4	2	6
<i>Número de membros remunerados</i>	4	2	6
<i>Remuneração fixa anual total, sendo:</i>	R\$ 376.758,53	R\$ 1.510.040,36	R\$ 1.886.798,89
· <i>salário ou pró-labore</i>	R\$ 376.758,53	R\$ 1.467.283,05	R\$ 1.844.041,58
· <i>benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)</i>	n/a	R\$ 42.757,31	R\$ 42.757,31
· <i>remuneração por participação em comitês</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>outros</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Remuneração variável total, sendo:</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>bônus</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>participação nos resultados</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>remuneração por participação em reuniões</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>comissões</i>	n/a	n/a	n/a
· <i>outros</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Benefícios pós-emprego</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	n/a	n/a	n/a
<i>Remuneração baseada em ações, incluindo opções</i>	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 376.758,53	R\$ 1.510.040,36	R\$ 1.886.798,89
Total	R\$ 3.773.597,78		

8.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais da Companhia e a prevista para o exercício social corrente⁸

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado e os membros do nosso Conselho de Administração não recebem remuneração variável.

Com relação à Diretoria, o valor a ser efetivamente pago como remuneração variável no exercício de 2025 dependerá dos resultados da Companhia e da obtenção dos resultados definidos para as equipes subordinadas a cada membro da Diretoria. Adicionalmente, a performance individual é fator determinante na remuneração de cada executivo.

Para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, não houve pagamento de remuneração variável em função dos resultados negativos obtidos nos referidos períodos.

Valores previstos para o exercício social de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	4	2	6
Número de membros remunerados	0	2	2
Bônus ⁹ (em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.000 mil	1.300 mil
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹⁰	300 mil	4.700 mil ¹¹	5.000 mil

⁹ A remuneração variável eventualmente paga à Diretoria recebe, nas Demonstrações Financeiras da Companhia, a denominação de gratificação, em razão de sua natureza eventual e por constituir mera liberalidade da Companhia, sendo certo que o seu efetivo pagamento depende dos resultados da Companhia, da obtenção dos resultados definidos para as suas respectivas equipes e do desempenho individual de cada membro da Diretoria. Não obstante, tendo em vista que a Resolução CVM 81/2022 permite o enquadramento desse pagamento apenas como bônus ou PLR, para fins de preenchimento do presente formulário, os valores pagos ou previstos serão alocados como bônus.

¹⁰ Conforme explicitado acima, a remuneração variável eventualmente paga no exercício de 2025 será diretamente vinculada com o resultado do exercício social anterior, motivo pelo qual não é possível fazer uma previsão de valor, sendo certo que a Proposta da Administração da Companhia é aprovar na AGO a ser realizada em 30 de abril de 2025 o limite anual para remuneração no valor total de R\$ 5.000.000,00 a ser paga, se for o caso, inclusive como gratificação, dependendo dos resultados da Companhia no exercício anterior, do desempenho individual de cada membro da Diretoria e da obtenção das metas setoriais definidas para as suas respectivas equipes.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

No período findo em 31 de dezembro de 2022 não havia plano de remuneração baseado em ações vigente.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano”), que é gerido pelo Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do Plano, as transferências das “ações restritas” para o beneficiário somente se darão com o implemento das condições e prazos previstos no Plano, como período de *vesting* e de condições a serem previstas nos Contratos de Outorga de Ações Restritas – que o CA ainda não regulou com cada um dos diretores –, de modo que a outorga do direito ao recebimento das ações restritas em si não garante ao beneficiário quaisquer direitos sobre as ações restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento. A entrega de “ações performance” está atrelada ao atingimento de determinadas metas de performance, a serem estabelecidas nos respectivos Contratos de Outorga de Ações Performance.

b. data de aprovação e órgão responsável

Este Plano foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2023 e é gerido pelo Conselho de Administração da Companhia

c. número máximo de ações abrangidas

Poderão ser outorgadas aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, as Ações Objeto mantidas em tesouraria pela Companhia, que deverão respeitar o limite máximo de até 4,5% (quatro vírgula cinco

¹¹ O valor máximo da remuneração variável da Diretoria será definido pelo Conselho de Administração, após a definição, pela Assembleia, do valor máximo da remuneração total da Administração da Companhia. Dessa forma, indicamos como valor máximo o valor proposto pela Administração como o limite anual para remuneração, que será objeto de deliberação na AGO a ser realizada em 30 de abril de 2025.

por cento) do capital social da Companhia na data da transferência das Ações Objeto para o Beneficiário, em bases totalmente diluídas (“Limite Global de Outorga”).

As Ações Objeto a serem outorgadas aos Beneficiários deverão respeitar, respectivamente, a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) de Ações Restritas por 75% (setenta e cinco por cento) de Ações de Performance.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito deste Plano, as Ações Objeto a serem outorgadas aos Beneficiários deverão respeitar, respectivamente, a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) de Ações Restritas por 75% (setenta e cinco por cento) de Ações de Performance.

Não há número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção, contanto que o número total de ações decorrentes de seu exercício não ultrapasse o limite indicado no item (c) acima.

e. condições de aquisição de ações

O Plano se dá através de 2 tipos de recebimento. A primeira consiste em ações chamadas “Ações Restritas” que correspondem a 25% do total do plano e serão entregues anualmente aos beneficiários durante a vigência do plano na proporção de 20% a cada ano. A segunda é chamada de “Ações de Performance” e serão entregues aos beneficiários no final do 5º ano, pós medição das metas e o percentual atingido, ou caso a meta principal seja totalmente atingida antecipadamente.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano confere ao Beneficiário o direito ao recebimento das Ações Objeto, a título não oneroso, após o período de carência e observadas as demais condições que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração

g. critérios para fixação do prazo de exercício

As ações restritas terão carência de 1 ano a partir da assinatura dos contratos individuais entre a cia e os beneficiários. Após a carência, ações serão entregues anualmente, em regime pro rata, pelo período de 4 anos.

As ações de performance poderão ser recebidas após 5 anos da assinatura dos contratos ou em caso de atingimento total das metas, o que vier primeiro.

Há ainda cláusulas de liquidação antecipada no caso de eventos de liquidez extraordinários.

h. forma de liquidação

As Ações Objeto poderão ser entregues com ações existentes em tesouraria.

i. restrições à transferência das ações

Ações Restritas

Os Beneficiários não poderão ceder, alienar, ou de qualquer forma, transferir as Ações Restritas relacionadas ao primeiro Período de *Vesting* a contar da celebração do Contrato de Outorga de Ações Restritas pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar do efetivo recebimento das referidas Ações Restritas (“*Lock-up* do Primeiro Período de *Vesting* – Ações Restritas”). Já com relação às Ações Restritas recebidas pelos Beneficiários após o segundo Período de *Vesting* – Ações Restritas, os Beneficiários não poderão ceder, alienar, ou, de qualquer forma, transferir as Ações Restritas recebidas nos termos deste Plano pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do efetivo recebimento da Ações Restritas pelo Beneficiário (“*Lock-up* dos Demais Períodos de *Vesting* – Ações Restritas” e, quando em conjunto com o *Lock-Up* do Primeiro Período de *Vesting* – Ações Restritas, “*Lock-up*”).

Ações Performance

Os Beneficiários deverão manter em sua titularidade após o término do Período do *Vesting* – Ações de Performance, um número mínimo de Ações de Performance a ser estabelecido de acordo com as regras previstas nos respectivos Contratos de Outorga de Ações de Performance, facultando-se aos Beneficiários ceder, alienar, ou, de qualquer forma, transferir as demais Ações de Performance que tenham sido recebidas, desde que as Ações de Performance (i) não sejam negociadas e transferidas em periodicidade inferior a 1 (um) mês pelo Beneficiário, (ii) não superem a razão de 20% (vinte por cento) do volume médio das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos últimos 6 (seis) meses e (iii) não supere o limite diário de 20% do volume médio diário negociado das ações de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos últimos 6 (seis) meses.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Outorga, as ações outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, (i) por decisão da Assembleia Geral da Companhia, respeitados os Contratos de Outorga já celebrados, ou (ii) na ocorrência de um Evento Extraordinário, e desde que respeitados os demais termos e condições previstos no Plano e na lei.

“Evento Extraordinário” significa a ocorrência dos seguintes eventos: (i) Os Beneficiários sejam destituídos de seus cargos de forma imotivada; e (ii) a transferência para terceiros de parte ou da totalidade de ações de emissão da Companhia pelo acionista titular da maior participação no capital social da Companhia na presente data (“Acionista de Referência”), por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas, que resulte em uma participação final do Acionista de Referência inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia. Para fins de clareza, não será considerado Evento Extraordinário a alienação de parte ou da totalidade das ações da Acionista de Referência para suas respectivas afiliadas, atuais ou futuras (incluindo, mas não se limitando a, no caso de reorganização societária envolvendo, direta ou indiretamente, a Acionista de Referência).

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento,

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos já adquiridos de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, devendo neste caso o Beneficiário exercer seus direitos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento, serão automaticamente extintos.

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Outorga, na data do seu desligamento serão automaticamente extintos (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(e) desligar-se da Companhia por invalidez permanente ou falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Outorga, na data do seu desligamento ou de seu falecimento, serão extintos automaticamente.

8.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A Companhia, aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano"), como remuneração a partir de 2023, mas não há previsão, até o momento, sobre a eventual remuneração a ser reconhecida em 2024 com base no referido Plano, sendo certo que tal decisão poderá ser alterada no decorrer do exercício.

No ano de 2022 todos os programas de remuneração por ações da Companhia se encontravam encerrados, motivo pelo qual não estamos apresentando o quadro com as informações referentes ao período.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A Companhia, aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano"), como remuneração a partir de 2023, mas não há previsão, até o momento, sobre a eventual remuneração a ser reconhecida em 2025 com base no referido Plano, sendo certo que tal decisão poderá ser alterada no decorrer do exercício.

8.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria ao final do último exercício social

Não aplicável.

8.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável.

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários.

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A Companhia, aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano"), como remuneração a partir de 2023, mas não há previsão, até o momento, sobre a eventual remuneração a ser reconhecida em 2025 com base no referido Plano, sendo certo que tal decisão poderá ser alterada no decorrer do exercício.

8.10. Outorga de ações

Os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A Companhia, aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano"), como remuneração a partir de 2023, mas não há

previsão, até o momento, sobre a eventual remuneração a ser reconhecida em 2025 com base no referido Plano, sendo certo que tal decisão poderá ser alterada no decorrer do exercício.

8.11. Ações entregues

Não aplicável, visto que os membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria não receberam remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios. Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, visto que nos últimos 3 exercícios sociais, o Conselho de Administração e a Diretoria não receberam remuneração baseada em ações, seja em forma de ações ou de entrega de ações.

8.13 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores, diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações, detidas direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, pelos nossos Conselheiros e Diretores, agrupados por órgão, e o percentual que o referido número representa em relação ao número total de ações emitidas pela nossa Companhia em 31 de dezembro de 2024, ou seja, em relação à totalidade do nosso capital social naquela data. Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Órgão	Número de Ações	Percentual (%)
Conselho de Administração	41.474 ¹²	1,71%
Diretoria	0	0,00%
Total	41.474	1,71%

¹² Inclui posição do cônjuge

8.14 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Não se aplica, pois os membros do nosso Conselho de Administração não são elegíveis aos nossos planos de previdência. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. Não existem planos de previdência em vigor para a Diretoria.

8.15 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos 3 (três) últimos exercícios sociais

Valores anuais, em Reais (R\$)

	2024		2023		2022	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de Membros	3	1	4	2	4	2
Número de membros remunerados	3	1	4	2	4	2
Valor da maior remuneração individual	96.000,00	144.000,00	96.000,00	962.866,50	62.793,09	826.132,50
Valor da menor remuneração individual	96.000,00	144.000,00	96.000,00	116.014,00	62.793,09	430.000,00
Valor médio de remuneração individual	96.000,00	144.000,00	96.000,00	749.578,30	62.793,09	628.066,25

8.16 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não temos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

No entanto, a Companhia possui uma apólice de seguro contratada para os seus administradores, o qual garante o pagamento de determinadas despesas em caso de sinistro. Tal apólice não abrange pagamento de prêmio em caso de dolo.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da diretoria estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, não houve despesas com remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal suportados por controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob o controle comum e de controladas da Companhia.

8.20 Outras Informações Relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes já foram consideradas nos itens acima.